



*Associação Portuguesa
de Síndrome de Asperger*

Política de Confidencialidade

Metodologia

A APSA - Associação Portuguesa da Síndrome de Asperger é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, com sede no Arruamento à Travessa da Granja, nº1 1500-335 Lisboa, com o número de identificação de pessoa coletiva 506596150, é a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais relativos a: i) utentes dos serviços da APSA ii) voluntários, iii) doadores, iv) clientes da loja on-line e v) participantes de eventos da APSA.

Na APSA a confidencialidade é um princípio ético de extrema importância, a sua violação constitui matéria disciplinar grave. Deste modo todos os colaboradores, jovens/adultos, familiares, associados, e parceiros estão obrigadas à defesa e promoção da garantia da confidencialidade de todas as matérias sensíveis referentes aos dados das pessoas envolvidas.

A APSA entende a privacidade como o direito fundamental das pessoas ao controlo sobre a recolha, armazenamento, acesso, uso e transmissão dos seus dados pessoais. Neste sentido a confidencialidade implica todas e quaisquer medidas e mecanismos para manter e garantir a privacidade das pessoas, dos seus dados pessoais e das suas histórias de vida, proporcionando uma estrutura que permita dar acesso a informação privada, a quem tem autorização para tal.

A APSA entende os dados pessoais a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular. A APSA garante que estes são tratados de uma forma lícita, leal e transparente, em conformidade com o disposto na legislação nacional vigente nesta matéria e no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – Regulamento UE n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016.

Finalidade da informação recolhida

A recolha de informações pessoais pela APSA é feita através de formulários físicos e eletrónicos e tem como finalidade a gestão dos utentes do serviço social prestado pela APSA, dos voluntários e doadores. Tem também a finalidade de envio de comunicações de marketing para divulgação dos eventos e iniciativas da APSA para as pessoas que compareceram a eventos da APSA ou adquiriram produtos pelo website e manifestaram interesse nas atividades da APSA.

Podemos recolher de forma automática informação contida nos registos de navegação do website. A informação contida nos registos, inclui o seu endereço IP, o seu ISP, o browser, o tempo da sua visita e que páginas visitou dentro do nosso website, comportamento dentro das aplicações e website, informação de localização se autorizada, assim como outras estatísticas

Segurança e proteção dos dados - Definição de Regras e Procedimentos

A APSA instituiu medidas de segurança para proteger os dados pessoais (incluindo encriptação e ferramentas de autenticação), havendo revisões internas das nossas práticas de recolha, armazenamento e processamento, bem como medidas de segurança física para proteger contra o acesso não autorizado a sistemas onde armazenamos os dados pessoais. A APSA tem dois procedimentos PC09.PRO01 – Gestão Documental, bem como o PC03 e PC04 que definem as regras de arquivo e acesso aos processos individuais dos Jovens/Adultos; bem como o PC11 relativo à gestão das pessoas.

Aí se encontram definidas as regras de acesso e consulta aos documentos pessoais, processos de saúde e outros dados sensíveis. Todos os procedimentos que dizem respeito ao tratamento da informação e à gestão da confidencialidade cumprem a legislação em vigor e seguem as orientações da CNPD.

Como nenhuma transmissão na Internet ou correio eletrónico é totalmente segura ou livre de erros, deverá ter um cuidado especial na seleção das informações que envia por correio eletrónico e outros canais digitais. Aconselhamos que mantenha os seus dispositivos de acesso ao nosso website e a outros serviços sempre atualizados e com sistemas de proteção (antivírus, firewall, filtros anti-spam, etc).



Atuação em Situação de Quebra de Segurança

Sempre que se verificar uma quebra de confidencialidade é registada a situação em folha de própria (PC15.PRO03.IMP01 - Ficha de Reclamações, Elogios, Não Conformidades, Ocorrência e Sugestões) e tratada segundo o procedimento PC15.PRO03- Tratamento de Reclamações, Elogios, Não Conformidades, Ocorrência e Sugestões; e de acordo com os normativos legais em vigor. Sempre que a situação de quebra de confidencialidade estiver como origem um colaborador da APSA poderá ser instaurado um processo disciplinar. Em situação de matéria grave este processo poderá dar origem a despedimento.

Declaração de Ética

Além do que é descrito nos regulamentos internos, contrato de trabalho e normas de funcionamento da organização, todos os colaboradores, em adenda ao seu contrato de trabalho comprometem-se numa declaração de ética na promoção e defesa da confidencialidade.

Ações de Melhoria

A APSA tem implementado um ciclo de melhoria contínua e a apresentação de sugestões por parte de todas as partes interessadas será dada especial atenção à promoção e implementação de sugestões para a melhoria da garantia da confidencialidade na organização.

Direitos dos titulares dos dados

Todos os titulares dos dados pessoais têm direito a:

1. Aceder aos seus dados (mediante solicitação) e a todas as informações respeitantes às respetivas operações de tratamento;
2. Obter a retificação dos seus dados pessoais;
3. Solicitar o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não sejam já necessários à finalidade para o qual foram recolhidos e/ou para cumprimento de quaisquer obrigações legais da APSA, bem como a exigirem, em determinados casos, a limitação do seu tratamento;
4. Opor-se a que os mesmos sejam utilizados para efeitos de marketing e/ou publicidade;
5. À portabilidade dos dados e a receber uma cópia dos dados que lhe digam respeito;
6. Retirar, a qualquer altura, o consentimento previamente dado para o tratamento de dados.

O utilizador pode exercer os respetivos direitos através do envio de correio eletrónico para comunicar@apsa.org.pt ou correspondência para Arruamento à Travessa da Granja, nº1 1500-335 Lisboa, indicando o motivo do pedido.

Caso decida exercer estes direitos e se um dos dados pessoais fornecidos for o seu endereço de correio eletrónico, pedimos o favor de especificar esta circunstância no seu pedido escrito, indicando o endereço de correio eletrónico a partir do qual deseja exercer os seus direitos de acesso, retificação, cancelamento e oposição.

Outras informações

Enquanto titular de dados pessoais e no caso de violação dos mesmos, tem o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados – CNPD, Rua de São Bento, n.º 148, 3º, 1200-821 Lisboa – Tel.: 351 213928400 – Fax: +351 213976832 – correio eletrónico: geral@cnpd.pt) e, bem assim, recorrer às instâncias jurisdicionais.

Lisboa, 21 de novembro de 2024

